

PARECER Nº 0204/2024**PROCESSO Nº 15/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024 – REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2024****ASSUNTO:** Solicitação de análise jurídica sobre recurso administrativo interposto no processo licitatório n. 15/2024.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO. SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE JURÍDICA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA FINS DE HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA NÃO ESPECÍFICA. IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA. MANTIDA A DECISÃO DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA.

PARECER

Trata-se de solicitação de análise jurídica sobre processo licitatório que tem como objetivo o registro de preços visando a futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento, disponibilização de rede credenciada e fornecimento de cartão magnéticos na função de crédito com senha e logotipo exclusiva da Secretaria de Assistência Social conforme demanda necessária, denominada "Itapoá-Benefício Eventual" adequado à comunicação institucional da Prefeitura de Itapoá.

A licitante BPF Instituto de Pagamentos LTDA apresentou recurso administrativo no processo licitatório em epígrafe (fls. 406-532), alegando que o pregoeiro cometeu erro ao habilitar a licitante 02 Plus Card Instituição de Pagamento LTDA, que foi declarada vencedora.

A BPF argumenta que a empresa vencedora não possui capacidade técnica para cumprir com o objeto da licitação, levantando diversas dúvidas sobre a constituição da empresa e contestando as certidões de capacidade técnica apresentadas nos autos pela licitante vencedora.

Por sua vez, a licitante 02 Plus Card Instituição de Pagamento LTDA apresentou contrarrazões ao recurso (fls. 535-557) interposto pela BPF Instituto de Pagamentos LTDA, respondendo aos pontos controversos levantados pela recorrente. A Plus Card apresentou fundamentação que comprova sua participação e capacidade técnica, afirmando que cumpre todos os requisitos impostos no edital, solicitando que a decisão registrada na Ata de Sessão Pública seja mantida.

É a síntese do necessário.

Preliminarmente consta nos autos o recurso administrativo interposto pela BPF sob as fls. 406-532, já a contrarrazões do recurso administrativo acostado sob as fls. 535-557 pela licitante vencedora 02 Plus Card. Diante das alegações acostado nos autos do processo, a análise de tais documentos fica a cargo da equipe de habilitação da Ata de Sessão Pública.

Com relação ao edital o item 2 deixa claro quem pode participar do presente processo licitatório, na qual vejamos:

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil. 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas. (Grifo nosso)

Conforme podemos extrair do item 2.1 do edital todos aqueles que cumprirem com estes requisitos, poderão participar do certame, não sendo requerido o tempo mínimo de constituição da empresa para tal participação.

Ainda sob a ótica do item 2 do edital, podemos observar que a licitante é responsável por seus atos. Assim, as alegações de que a empresa não é apta a participar do certame não condiz com a previsão editalícia:

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

O Item 2.6.2 do edital estabelece o requisito de que, para participar do certame, o objeto social da empresa deve ser compatível com o objeto da licitação:

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto licitado.

Sendo assim, a comissão de julgamento, ao analisar os documentos apresentados pela licitante para habilitação, faz a admissibilidade, não cabendo à requerente questionar esse juízo com base em meras suposições ou achismos. A imposição de vontades sobre o certame não é permitida, especialmente considerando que os procedimentos adotados pelo órgão gestor estão fundamentados na legislação específica.

Nesta toada, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições previstas no edital, assim, podemos vislumbrar que a diversos itens do edital que abrangem o tema suscitado pela requerente, para que não haja inexecutabilidade da proposta ofertada pela licitante, *in verbis*:

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a

participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF; 7/26

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

Diante do item 6 do edital, entende-se que o pregoeiro tem a obrigação de verificar a documentação apresentada para habilitar a licitante vencedora. Portanto, é enfatizado que, para contestações de erro, é necessário apresentar prova concreta da irregularidade, não apenas especulações.

Para o controle da licitação, observa-se que o edital contém diversos pontos de verificação para garantir a habilitação da licitante em conformidade com os requisitos estabelecidos. Elenca-se os mecanismos descritos no item 7 do edital.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

7.1.1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018.

7.2. A documentação para fins de habilitação no presente pregão é constituída de:

7.2.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas da proposta comercial, das declarações constantes neste edital e do contrato social; se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao responsável pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

7.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

7.2.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.5. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;

7.2.6. Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

7.2.7. Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente; 7.2.8. Certificado de Regularidade do FGTS;

7.2.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440/2011;

7.2.10. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.3. Os comprovantes exigidos, quando for o caso, que não constem vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão. (Grifo nosso)

Como observado no item 7 do edital, para que a licitante seja declarada vencedora, é necessário que ela apresente todos os documentos exigidos na fase de habilitação. Por essa razão, a empresa foi

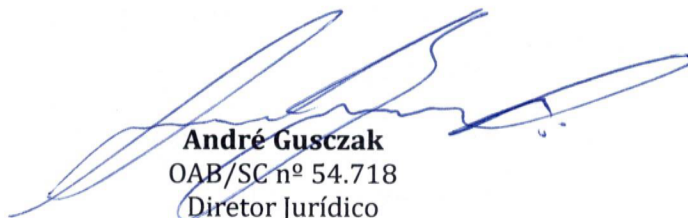
corretamente declarada vencedora do certame, o que demonstra que as alegações da requerente são infundadas e baseadas em meras especulações.

Por outro lado, a licitante 02 Plus Card, em suas contrarrazões, anexou uma decisão da Prefeitura Municipal de São João do Caiuá-PR, relacionada a um processo licitatório com o mesmo objeto, onde foi apresentado por parte da recorrente as mesmas alegações de que a 02 Plus Card não possui capacidade técnica para cumprir com a demanda municipal, devendo ser desclassificado do certame. A Comissão Permanente de Licitação do citado município julgou improcedente o recurso da licitante BPF mantendo a licitante 02 Plus Card como vencedora do processo.

Diante do exposto, considerando a ausência de previsão editalícia capaz de fundamentar as conjecturações apresentadas pela recorrente, opinamos pela improcedência do pedido da requerente, com a consequente manutenção da Decisão da Ata de Sessão Pública, por falta de provas concretas, já que as alegações apresentadas são meramente especulativas.

Esse é *s.m.j.*, o parecer opinativo.

Itapoá/SC, 20 de agosto de 2024.


André Gusczak
OAB/SC nº 54.718
Diretor Jurídico